

## AGITAÇÃO ESTÉRIL OU PROGRAMA POLÍTICO?

A contribuição de Caio Prado Júnior para a formulação de um projeto de Brasil.

Luiz Elias Sanches  
Mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo  
CPDA/UFRRJ

“Lentamente, o nível de vida dos trabalhadores começou a melhorar; começaram a comer mais e melhor. Passaram a poder até vestir melhor. Alguns substituíam as camas de varas por camas de madeira com colchões. Compravam mesas e cadeiras, até filtros para a água. Multiplicaram-se no meio deles, os rádios transistores. Os mais jovens compravam bicicletas.

Mas não foram apenas os trabalhadores que se beneficiaram com o novo estado de coisas. A melhoria das condições de pagamento dos trabalhadores deu um gigantesco impulso ao setor dos comerciantes e dos pequenos empresários de transportes coletivos. O movimento de compra e venda nas feiras chegava a lembrar um formigueiro.”  
(Bezerra, 1979:179)

No trecho em epígrafe, Gregório Bezerra descreve um momento de melhoria do padrão de consumo e de vida dos trabalhadores da região canavieira de Pernambuco, em 1963, em decorrência do movimento reivindicatório sindical. Trata-se de um momento privilegiado nas lutas dos trabalhadores rurais, fruto de um longo amadurecimento de experiências de luta, e de uma política que remontava a, pelo menos, uma década.

Quando Gregório Bezerra, referindo-se aos idos de 1963, descreve uma experiência vitoriosa de luta sindical na região açucareira de Pernambuco, está se referindo a uma política de seu partido que incorpora toda uma trajetória de discussões internas e reformulações.

Caio Prado vivenciou esse período de nossa história, bastante rico do ponto de vista da discussão acerca da realidade nacional e da busca de alternativas para o conjunto de questões que era identificado genericamente como “problemas nacionais”. Para Linhares e Silva (1981), a “consciência do subdesenvolvimento”, gerada no pós-guerra foi o ingrediente inicial daquela discussão.

Uma das opções pensadas na época, alternativa ao desenvolvimento nacional sustentado pela entrada de capitais estrangeiros, seria a do desenvolvimento pela via do fortalecimento do mercado interno. No entanto, a estrutura fundiária do país, assim como as relações de trabalho no campo eram vistas como obstáculos àquela via de desenvolvimento. Por um lado, a baixa produtividade do latifúndio não poderia oferecer os gêneros alimentícios necessários aos centros urbanos. Ao mesmo tempo, a predominância de relações de trabalho não assalariadas fazia com que a população rural fosse também incapaz de se constituir num mercado consumidor para os produtos industriais. A bandeira da reforma agrária, neste contexto, aparece como a fórmula capaz de levar à superação daqueles obstáculos.

Para o PCB, além disso, a reforma agrária representava a via mais direta para a consecução da aliança operário-camponesa, pré-condição para a realização da revolução nacional e antifeudal, de acordo com o modelo da Internacional Comunista para os países “semi-coloniais”, adotado por aquele partido. Mas entre os comunistas, o caráter e o papel da reforma agrária eram objeto de disputa, embora a posição da direção partidária fosse largamente majoritária dentro da agremiação.

De olho no processo de “modernização” e complexificação da realidade brasileira, Caio Prado irá entrar em rota de colisão com o PCB. Ele percebeu, com muito maior alcance que os demais comunistas, as transformações da sociedade brasileira. Para o seu partido, estreitamente vinculado às teses da Terceira Internacional sobre as etapas obrigatórias do desenvolvimento social, era inadmissível que, em primeiro lugar, o Brasil não houvesse passado por uma etapa feudal e, em consequência, que pudesse entrar no capitalismo sem romper com os “resíduos feudais”, especialmente o latifúndio, segundo o modelo “clássico” de revolução burguesa..

Caio Prado, ao contrário, irá buscar, não nos *modelos*, mas em uma interpretação de nosso passado, as explicações para nossos paradoxos. Como o capitalismo pôde desenvolver-se sem romper com as heranças do passado colonial? Aí reside a importância de sua obra.

O seu livro de 1966 é o que explicita mais as divergências com o PCB. Mesmo porque o objetivo era o de contribuir para os debates do Congresso do partido. A crítica mais de fundo, que irá ter desdobramentos em toda a discussão apresentada por nosso autor naquele trabalho é a crítica metodológica que se refere à caracterização apriorística da sociedade brasileira a partir dos modelos importados do movimento comunista internacional.

Caio Prado criticava o modelo construído a partir das formulações do VI Congresso da Internacional Comunista acerca dos países coloniais e semi-coloniais, contidas no Informe de Bukharin (Vários, 1978:9-47) ao congresso, defendido, contra a resistência de alguns delegados latino-americanos, em um discurso de Jules Humbert-Droz (Op. Cit.:299-321) destinado a convencer os comunistas latino-americanos do acerto da caracterização dos seus países como semi-colônias.

Além da crítica metodológica — feita de forma mais sistematizada no *A Revolução Brasileira* — onde acusava cópia de modelos europeus que levava à tese da necessidade de superação de supostos restos feudais, Caio Prado criticava recorrentemente o conteúdo desta tese onde, segundo ele se subestimavam as medidas voltadas para a regulamentação legal das relações de trabalho rural, dando prioridade absoluta à luta pela terra. Esta subestimação teria sido a causa da omissão das “forças políticas populares e de esquerda” durante o processo de tramitação do projeto de extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais, ocasionando diversas “insuficiências e imperfeições” à lei.

Caio Prado Júnior afirmava que o estudo da realidade nacional deveria ser norteado pela busca do sentido essencial de nossa evolução histórica. Aqui, voltava a reafirmar-se a sua fidelidade à história do Brasil. A convicção da necessidade de buscar em nosso passado a explicação para as condições do presente. O instrumental teórico para a interpretação teria de ser o fornecido pelo marxismo, mas não a partir dos conceitos estabelecidos para outras realidades que não a nossa. O marxismo deveria ser aplicado à interpretação da realidade

brasileira, como diz o subtítulo de seu livro de 1932: *Ensaio de Interpretação materialista da História do Brasil*.

A propósito, exatamente 20 anos depois, abordando questões ligadas à teoria do conhecimento, Caio Prado irá dizer que:

“A aplicabilidade de uma teoria a fatos desconhecidos ou ainda não observados, permitindo assim a sua descoberta, ou então a fatos ainda não explicados ou explicados de maneira menos satisfatória, tem-se mostrado um característico geral de todas as teorias científicas que tiveram significação no desenvolvimento da ciência. [...] Uma teoria que desse conta, mesmo que fosse aparentemente satisfatória, de um certo número de fatos, mas que se limitasse a isso, não abrindo perspectivas novas, não teria maior significação.”  
(1952:25)

Além de ser uma apreciação filosófica, trata-se também de um programa e um projeto de estudos. É a aplicação de uma teoria determinada, o marxismo, a uma “realidade explicada de uma maneira menos satisfatória” o que Caio Prado buscava fazer, desde o *Evolução Política do Brasil*. E a especificidade daquela realidade acaba por enriquecer a teoria, a qual, “inicialmente simples hipótese a ser verificada, é buscada no arsenal ideológico preexistente em que se procuram enquadrar os novos fatos considerados, modificando e reajustando as teorias admitidas.” (Op. Cit.:21)

O “sentido” que norteava todo o desenvolvimento histórico da sociedade brasileira, segundo ele, apontava para um vínculo, desde a época da colônia, do Brasil com o capital comercial, em um

“processo que acabaria por integrar o universo todo em uma nova ordem, que é a do mundo moderno, em que a Europa, ou antes, a sua civilização, se estenderia dominadora por toda a parte. Todos esses acontecimentos são correlatos, e a ocupação e povoamento do território que constituiria o Brasil

não é senão um episódio, um pequeno detalhe daquele quadro imenso.” (1987a:20)

O “sentido da colonização”, mercantil e capitalista segundo o esquema de Caio Prado, negaria a tese do feudalismo brasileiro, definida a partir do paradigma da *revolução burguesa*. A grande lavoura, associada à exploração do trabalho escravo e voltada para o mercado externo, seria o tema privilegiado para a compreensão da especificidade da formação brasileira, dela “derivou toda a estrutura do país: a disposição das classes e categorias de sua população, o estatuto particular de cada uma e dos indivíduos que as compõem” (Op. Cit.:143). A economia camponesa, identificada com a agricultura de subsistência era encarada como meramente subsidiária, residual. Não tinha para Caio Prado o mesmo valor que para o “desenvolvimentismo” do PCB.

A escravidão, na compreensão de Caio Prado, é o que “antes de mais nada, e acima de tudo, caracteriza a sociedade brasileira de princípios do séc. XIX”... (Op. Cit.:269) Para ele, as características próprias à escravidão nas condições em que se deu aqui são mais importantes na moldagem posterior da sociedade brasileira do que as características “comuns à escravidão em geral”. O seu traço peculiar será o pertencimento à uma “ordem de acontecimentos que se inaugura no séc. XV com os grandes descobrimentos ultramarinos” (Ibid. Idem).

A escravidão subordinada ao capital mercantil procurava garantir a produção dos gêneros valorizados no mercado internacional e “nunca se desviou de tal rumo”. Por isso, a contribuição do escravo para a formação brasileira, segundo Caio Prado, é nula, excetuando-se a “energia motriz”. É no mínimo estranho que este livro, mesmo tendo sido escrito posteriormente à *Casa Grande e Senzala* — que Caio Prado leu — desconsidere as afirmações de Gilberto Freyre acerca da contribuição do elemento africano para a cultura nacional.

Deixando-se de lado o etnocentrismo de Caio Prado, que chega a definir os escravos, negros e índios, como povos de “nível cultural ínfimo”, interessam aqui dois aspectos de sua reflexão acerca da escravidão. O primeiro é o que ele nos diz acerca do papel da escravidão americana como geradora de diferenciação social, mais do que em qualquer outro sistema escravista. Isto porque a diferenciação racial acentua a rigidez do escravismo, “empresta uma marca iniludível a esta diferença social. Rotula o indivíduo” (Op. Cit.:274). O outro aspecto,

mais importante para o que pretendemos, diz respeito à sua interpretação acerca das relações de trabalho pré-capitalistas encontradas no campo brasileiro que, para ele, deveriam ser encaradas como resíduos do escravismo subordinado ao capitalismo, e não, como dizia o seu partido, como resquícios feudais.

Conseqüentemente, tendo uma caracterização diferente da formação social brasileira, suas propostas para a superação do atraso do país e, principalmente do campo, eram discordantes das propostas majoritárias no PCB.

... “Caio Prado Jr. Extraíra sua reflexão agrária de uma teoria (definitiva) sobre o Brasil colônia, com a qual aliás, denuncia o elitismo da historiografia brasileira (prado Jr., 1933) e interpela o campesinismo antifeudal do seu partido (1942, 1966), por mais de trinta anos, oferecendo ao debate nacional a dissertação sobre o capitalismo agrário.” (Santos, 1998:50)

Caio Prado deslocava o ponto crítico da questão agrária da luta pela terra para as reivindicações dos trabalhadores ligados ao setor “moderno” da agricultura. O latifúndio já não poderia ser visto como um obstáculo feudal que deveria ser removido para dar passagem ao desenvolvimento capitalista, mas como instrumento da inserção do Brasil na economia capitalista. Ao invés da superação daquele suposto feudalismo, pela destruição do latifúndio e distribuição da terra, para Caio Prado, tratava-se de superar as permanências do regime de trabalho escravo. O que se faria pela valorização da força-de-trabalho.

“A extensão da legislação social-trabalhista para o campo [...] se efetivamente aplicada com o devido rigor, promoverá por certo uma das maiores transformações econômicas e sociais já presenciadas neste país. Será, podemos dizer, uma verdadeira complementação da lei que aboliu a escravidão em 1888.” (1981:142-143)

A grande propriedade fundiária era vista por nosso autor a partir da perspectiva da força de trabalho assalariada. Por esta perspectiva, o aspecto mais importante do monopólio da terra era o de monopólio da oferta de trabalho, desequilibrando a relação oferta/demanda, que regeria as relações monetárias típicas do mercado de trabalho no sistema capitalista.

Aliás, Caio Prado insiste bastante nesta caracterização das relações de trabalho, no Brasil, como relações tipicamente mercantis. Se nem sempre a transação se realiza em bases puramente monetárias, isto se deve a circunstâncias econômicas ligadas ao nível de investimento na empresa agrícola e ao nível de remuneração da mão-de-obra (coisas que, para ele, estão intimamente relacionadas, veremos mais adiante). Nunca por restrições de ordem jurídica e institucional, como no sistema feudal, onde “relações de pessoa e estatutos pessoais” interferem na transação. “O que caracteriza as relações feudais, e as contrasta com transações mercantis, é que nelas intervêm o estatuto pessoal das partes, peculiar a cada qual delas.” (1981:66-7)

A solução para o atraso do campo brasileiro e mesmo da economia nacional estaria na melhoria das condições de trabalho e remuneração dos trabalhadores rurais. O que criaria condições para “transformações imediatas de grande alcance, e dentro ainda da fase atual de relações capitalistas de produção, na estrutura agrária brasileira e nas condições gerais, econômicas e sociais, de nossa economia agropecuária.” (1981:154)

Isto porque, em seu esquema teórico, o baixo nível tecnológico da agropecuária brasileira e a baixa produtividade se deviam ao baixo custo da mão-de-obra e à oferta abundante de terras, o que estimularia a produção extensiva baseada em investimentos tecnológicos insignificantes. Além disso, maior remuneração significa maiores níveis de consumo, por isso o exemplo da luta dos trabalhadores rurais — referido por Gregório Bezerra em trecho citado no início deste trabalho — assumia tanta importância. Lá, o aumento dos níveis de remuneração na agroindústria do açúcar havia levado a um imediato aquecimento das atividades comerciais regionais.

A melhoria das condições de remuneração dos trabalhadores rurais repercutiria sobre o nível tecnológico da produção na medida em que o maior custo com a mão-de-obra obrigaria os empresários do setor a buscar uma maior produtividade, de forma a poder manter suas taxas de lucros. Este processo,

indiretamente, repercutiria sobre a estrutura fundiária. Num regime de produção intensiva, baseado em investimentos tecnológicos, a terra excedente passaria a ser algo supérfluo e os custos de sua manutenção, um dispêndio desnecessário. Além disso, nos setores e lugares onde a grande produção não se adaptasse às novas condições de competitividade, haveria liberação de terras, o que pressionaria os preços da terra para baixo. Medidas complementares como uma forte tributação territorial completariam o quadro das condições necessária à uma democratização do acesso à terra. Conseqüência deste processo: a liberação de terras ajudaria a quebrar o monopólio da oferta de trabalho pois, com terras mais baratas, o trabalhador teria a opção de trabalhar por conta própria em suas terras.

As diferenças entre esta perspectiva e o “campesinismo” de seu partido são gritantes. Em relação às conseqüências políticas de ambas as formulações, Caio Prado tinha também posição bem definida. Para ele, os movimentos de camponeses por terra eram exceções em relação ao conjunto da luta dos trabalhadores do campo e limitavam-se a regiões de menor importância econômica, restringindo-se a “regiões e situações excepcionais, como é o caso dos posseiros das zonas pioneiras (oeste paranaense, Goiás...) e dos foreiros de algumas restritas zonas de importância secundária do Nordeste.” (1981:168)

Por isso, a luta camponesa pela terra não poderia, do seu ponto de vista, ser generalizada para todo o movimento de trabalhadores rurais. Era uma luta que não correspondia às reais condições sócio-econômicas do país, apenas satisfazia o modelo da “revolução burguesa”, importado de outras realidades.

Como não correspondia nem à “fase” e às “etapas” da revolução brasileira no momento (1981:172) e nem, conseqüentemente, aos anseios da massa dos trabalhadores rurais, os movimentos de luta pela terra não contribuiriam para fazer avançar o processo de transformações profundas que se faziam necessárias. Não poderiam se constituir em parte orgânica de um programa revolucionário conseqüente, não passando de “agitações estéreis”.

É preciso abrir aqui um pequeno parêntese. Carlos Nelson Coutinho (1989) enxerga nas análises de Brasil de Caio Prado uma interessante coincidência com as análises de Gramsci sobre a Itália. As analogias entre o *Risorgimento* italiano e o processo de independência e consolidação do Estado imperial no Brasil, por exemplo, explicam o paralelismo entre a análise destes eventos feita por Caio Prado e a formulação do conceito de “revolução passiva” por Gramsci, na mesma

época. Detalhe interessante, a obra de Caio Prado contemplaria tanto o aspecto superestrutural quanto o infra-estrutural, indicados por Coutinho nos conceitos Gramsciano e leniniano, respectivamente.

Em um interessante artigo, Leandro Konder aplica à obra do historiador brasileiro uma metáfora utilizada por Norbert Elias para falar dos desafios que se apresentam aqueles que “buscam trilhar o caminho da construção do conhecimento.” (1998:1) A metáfora é a do nadador e do aviador:

“...o mar, por exemplo, era um vasto e complexo objeto de conhecimento. Percebido do ângulo do nadador, ele pode revelar algumas das suas características mais interessantes: o nadador sente a água na pele, percebe as variações de temperatura, verifica a transparência do líquido, sente as ondas com seus movimentos, pode enxergar os peixes e as plantas, etc. O aviador, ao vê-lo do alto, da cabine do seu avião, tem a possibilidade de avaliar uma área bem mais extensa, enxerga melhor as grandes correntes, as ilhas, os bancos de areia, o contorno das praias, os limites impostos pela terra firme.” (Ibid. Idem)

Ambas as percepções guardam elementos de verdade, da mesma forma como cada uma delas possui suas limitações. Cada uma destas visões, separada, oferece um conhecimento simplificado e unilateral. As duas se complementam. A partir desta metáfora, Konder irá analisar dois livros de Caio Prado, ***Evolução Política do Brasil*** e ***Formação do Brasil Contemporâneo***, dois trabalhos que, vistos em conjunto, associariam a visão do nadador à do aviador. Na análise da realidade rural do Brasil (que, no fundo era uma análise do próprio país), nosso historiador volta a associar as duas visões, a do nadador e a do aviador, analisando e apresentando alternativas no campo da economia, sem perder de vista seus obstáculos e conseqüências no campo da política.

Parece que Caio Prado, escrevia sobre os movimentos de luta pela terra nas décadas de 1950 e 1960 com os olhos voltados para outro momento da

história do Brasil já analisado por ele muitos anos antes. Em seu livro de 1933 (*Evolução Política do Brasil*), ao se referir aos acontecimentos ligados à emancipação política do país, ao mesmo tempo em que aponta a necessidade das mudanças, imposta pelo desenvolvimento econômico, irá apontar os aspectos políticos que evidenciam seu caráter de “arranjo político”, o “ambiente de manobras de bastidores” que caracterizou aquele processo (p. 52).

No livro, obviamente por se tratar de um *Ensaio de Interpretação materialista da História do Brasil*, procura ressaltar a emergência de um movimento popular, contrapondo-se à historiografia voltada para os heróis e grandes homens. Por outro lado, aquele mesmo desenvolvimento econômico não era ainda suficiente para forjar as bases de um movimento popular capaz de determinar os rumos do processo político. Os movimentos e agitações das camadas populares, por isso, se ressentiriam ainda de falta de maturidade política para impor suas reivindicações. Assim, acabam prevalecendo, dentro do bloco político interessado na autonomia nacional, os interesses das “classes superiores da colônia (pp. 50-51)”.

Comentando os acontecimentos que se seguiram ao 7 de abril e a posterior hegemonia dos setores conservadores afirma: “Para esta vitória completa da reação concorre também e principalmente a atitude revolucionária inconseqüente das camadas inferiores.” [sem grifo no original] (1991:67)

Caio Prado, neste livro, nos mostra como movimentos populares sem conseqüência programática são capazes de detonar processos políticos que arrastam setores dominantes descontentes, mas são incapazes assumir a direção daqueles mesmos processos. Acabam por transformar-se em “tropelias”, “desordens”, “agitações” que não têm forças suficientes para impedir as manobras de bastidores, os arranjos políticos por cima que excluem os setores populares que detonaram os processos de mudanças.

Parece que é isto que ele teme que ocorra com os explosivos movimentos de camponeses das décadas de 50 e 60, inclusive os movimentos de Ligas Camponesas. Parece que é contra isto que ele pretende advertir na seguinte passagem:

“É preciso de uma vez por todas sair da vagueza das adjetivações (como o simples acréscimo à palavra ‘reforma’, do adjetivo ‘radical’), sair das formulações gerais e da transposição mecânica,

para o Brasil, de condições e situações econômicas e sociais estranhas; das simples imprecisões contra o latifúndio e dos lamentos acerca dos miseráveis padrões de vida da população rural brasileira, a fim de assentar como e por que meios se poderá modificar essa situação e corrigir os graves vícios de nossa estrutura agrária e relações de trabalho e produção no campo responsáveis por aqueles padrões. Sem isso, a ação política se perderá no vácuo e em estéril agitação, sem resultados de maior alcance e sem perspectivas reais, pelo menos dentro de um prazo razoável, como está efetivamente, em boa parte, sucedendo.” [sem grifos no original] (1981:87)

Para fugir ao risco da “agitação estéril”, Caio Prado aponta para a necessidade de um programa político conseqüente e coerente com a realidade nacional, capaz de “assentar como e por que meios se poderá modificar essa situação”. Mesmo sabendo dos riscos de se abusar das citações, especialmente das mais extensas, seria interessante vermos um pouco mais de perto como nosso autor encarava esta questão do programa político. Em seu artigo de 1964 “A marcha da questão agrária no Brasil”, Caio Prado atribui as conquistas dos trabalhadores rurais de Pernambuco à direção política das lideranças do movimento e termina o mesmo artigo da seguinte forma:

“Não pode ser contestado que nas condições altamente favoráveis do momento presente, tanto no que respeita à situação econômica, social e política geral, como no que se refere à compreensão e luta dos trabalhadores rurais brasileiros, a questão agrária marcha muito lentamente na generalidade do país. E continuará assim por muito tempo, até que as forças políticas populares e de esquerda se decidam intervir acertadamente no assunto, deixando de lado a estéril agitação por objetivos que

se acham no mais das vezes, na situação atual do país e no momento que atravessamos, muito além e mesmo inteiramente fora do realizável, a fim de se concentrarem naquelas tarefas da reforma que efetivamente respondem à sua fase e etapa atuais.”  
[sem grifos no original] (1981:172)

A solução deveria ser encontrada no campo da política. O pessimismo do diagnóstico é imediatamente dissolvido pelo otimismo do receituário: basta que as “forças políticas populares e progressistas” adotem um programa político concorde com a realidade do campo brasileiro, saindo, desta forma, da estéril agitação. Para a formulação deste programa Caio Prado oferece sua contribuição.

Apesar de sua crítica ampla às formulações de seu partido, Caio Prado ainda mantém importantes pontos de aproximação com o PCB e com todo o pensamento desenvolvimentista, especialmente no que diz respeito a uma supervalorização dos elementos conservadores, secundarizando os modernizadores. Operava-se, ainda, numa lógica tendente a verificar os obstáculos ao desenvolvimento.

Esta lógica dos obstáculos, que obscurece os aspectos de modernização e complexificação da sociedade, não lhe permite enxergar alternativas fora da intervenção estatal. Frente à contradição entre a necessidade de desenvolvimento de um mercado interno e os interesses privados — já que, segundo ele, não estava posta no ordem o dia a abolição da propriedade privada — , propõe a manutenção do setor privado, mas sob controle do Estado.

“Do que se trata, em suma, é não deixar o funcionamento da economia à mercê de simples impulsos dos interesses e da iniciativa privados, sem discriminação do maior ou menor, ou mesmo do negativo interesse geral que possam apresentar. [...] torna-se necessária a intervenção decisiva do poder público na condução dos fatos econômicos e na orientação deles para objetivos prefixados.”  
(1987:149)

Assim, Caio Prado, apesar de todos os seus esforços, não consegue avançar muito no campo das propostas mais gerais para a sociedade. Mas será que as soluções estavam ao alcance de sua geração? De qualquer forma, as questões por ele levantadas podem nos fornecer boas pistas para pensarmos o Brasil de hoje.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Gregório. MEMÓRIAS. 2 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

**COUTINHO, CARLOS NELSON**. UMA VIA “NÃO-CLÁSSICA” PARA O CAPITALISMO. In D’Incao, Maria Angela (org.) HISTÓRIA E IDEAL. Ensaio sobre Caio Prado Júnior. 115-131. SP: Co-edição, Ed. UNESP e Brasiliense, 1989.

KONDER, LEANDRO. CAIO PRADO JÚNIOR, NADADOR E AVIADOR. RJ: mimeo, 1998.

**PRADO JÚNIOR, CAIO**. EVOLUÇÃO POLÍTICA DO BRASIL. Colônia e Império. SP: Brasiliense, 1987.

—————, FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO. Colônia. SP: Brasiliense, 1987a.

—————, DIALÉTICA DO CONHECIMENTO. vol. 1: Preliminares, pré-história da dialética, vol.2: História da dialética, lógica dialética. SP: Brasiliense, 1952.

—————, A REVOLUÇÃO BRASILEIRA. SP: Brasiliense, 1987.

**SANTOS, RAIMUNDO**. O AGRARISMO BRASILEIRO NA INTERPELAÇÃO DE CAIO PRADO JÚNIOR. in COSTA, Luiz Flávio Carvalho e SANTOS, Raimundo (org.) POLÍTICA E REFORMA AGRÁRIA, RJ: MAUAD, 1998.

**VÁRIOS**. VI CONGRESO DE LA INTERNACIONAL COMUNISTA. II Vol. (Informes y discusiones). México: Siglo XXI editores, 1978.